

Retomado projeto da Hidrelétrica de Cararaó

Depois de ficar engavetado nove anos por pressão de ambientalistas internacionais, plano está incluído no pacote de geradoras de eletricidade que, em 1999, terão suas concessões licitadas para a iniciativa privada

EUGÊNIO MELLONI

Nove anos após ter sido engavetado pela pressão internacional de ambientalistas, o projeto da Hidrelétrica de Cararaó, a ser construída no Rio Xingu, está sendo reabilitado pelo governo federal. Rebatizada de Belo Monte, a usina está incluída no pacote de hidrelétricas que terão, em 99, suas concessões licitadas para a iniciativa privada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o órgão regulador do setor elétrico.

Desde a semana passada, já é possível iniciar as obras de construção da usina, com capacidade para produzir 11 mil megawatts,

só superada por Itaipu. A inauguração do primeiro trecho da linha de transmissão, ligando a Hidrelétrica de Tucuruí a Altamira (PA), batizada de Tramo-Oeste, tornou possível a oferta de energia para alimentar o canteiro de obras.

“O objetivo principal da linha é justamente dar suporte para as obras da antiga Cararaó,

agora Belo Monte”, afirmou Célio Bermann, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (USP).

O projeto da Usina de Cararaó tornou-se famoso justamente pela pressão contrária sobre sua concepção. Pelo desenho original, as águas poderiam atingir reservas indígenas. Os protestos tiveram como bandeira a irritação da índia caiapó Tuíra, que esfregou um facão no rosto de um diretor da Eletronorte (estatal responsável pelo projeto), na frente das câmeras de TV, e a presença do cantor Sting no Encontro de Altamira (PA), em 1989.

Até o nome escolhido para a usina provocou polêmica: Cararaó é um grito de guerra na língua caiapó e a tribo sentiu-se ofendida. Por isso, os técnicos optaram por trocar o nome para Belo Monte.

Para contornar todos os entraves ao projeto, o desenho da hidre-

létrica vem recebendo retoques, nos últimos anos, com a incorporação de novas tecnologias que visam a reduzir o impacto das obras e do reservatório. “Com as modificações na planta, as áreas indígenas não serão afetadas”, garante José Antônio Muniz Lopes, presidente da Eletronorte, que espera que os custos das obras também sejam menores do que os US\$ 12 bilhões estimados.

A principal modificação é a construção de dois canais subterâneos, que têm o objetivo de jogar as águas diretamente na casa de força da hidrelétrica, reduzindo a inundação da região conhecida como Volta do Rio Xingu. “A solução deverá reduzir a área ala-

gada de 1,2 mil para 400 quilômetros quadrados”, prevê Lopes. A nova versão do projeto incorpora também turbinas do tipo bulbo, que demandam menor volume de água para serem movimentadas.

O coordenador do Instituto Sócio-Ambiental, Márcio Santilli, preocupa-se com outro detalhe do projeto:

“Na época, os técnicos do governo diziam que seria necessário construir a Usina de Babaquara para regularizar o Rio Xingu e, dessa forma, Cararaó poderia produzir energia a custo baixo.” Santilli lembra-se da previsão de que o lago de Babaquara seria maior que o de Cararaó.

Outro temor é que sejam ressuscitados os projetos das demais hidrelétricas previstas para o Rio Xingu. O governo federal havia programado, no fim da década de 80, a construção de seis hidrelétricas para o Xingu. Além de Babaquara é Cararaó, eram cogitadas as Hidrelétricas de Iri-ri, Ipixuna, Cocraimoro e Jarina. “Se essas usinas estiverem nos planos do governo, com as características anunciadas nos anos 80, teremos uma guerra ao longo do Rio Xingu, onde existem 25 povos indígenas”, acrescentou o ambientalista.

**UTILIZAÇÃO
DE NOVAS
TECNOLOGIAS
DEVE REDUZIR
IMPACTO DAS
OBRAS E DO
RESERVATÓRIO**

23/6/98 A-10
27